



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
7ª GRD/UPS – Unidade de Projetos Especiais

ANEXO I - JUSTIFICATIVAS

Finalidade: Este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função da especificidade do equipamento a ser adquirido, previstas no Termo de Referência e que aqui após relacionadas passam a integrar o TR.

Aprovação do Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar – ETP: O Termo de Referência e o Estudo Técnico Preliminar foram aprovados por ato da autoridade competente, conforme consta do processo, 59570.001032/2024-96

Justificativas:

Da necessidade da contratação:

Justifica as razões de interesse público, pois é extremamente necessária a contratação dos fornecimentos objeto da presente licitação. As políticas públicas voltadas para a solução das carências do semiárido nordestino, apesar de terem proporcionado alguns progressos, ainda não conseguiram melhorar substancialmente os indicadores sociais da região, que se situam entre os mais baixos do país. Contudo, é possível dizer que hoje há um consenso entre políticos e administradores, partilhado por grande parte da população brasileira, quanto a urgência da adoção de medidas capazes de melhorar a qualidade de vida da população da região e de reduzir a escassez de água principalmente das comunidades rurais difusas do semiárido. As constantes secas provocam o colapso das atividades produtivas, sobretudo na agropecuária, impedem a fixação do homem no campo e provocam a migração da população para as cidades.

Diante deste contexto, a aquisição e implantação dos kits de irrigação contribui para minimizar os impactos provocados pelo baixo nível tecnológico implantado pelos agricultores familiares da região, em específico a região semiárida piauiense, que ocupa cerca de 80% do estado, distribuídos em 185 municípios dos 224 existentes.

De acordo com o Censo Agropecuário de 2017, apenas 5,5% dos estabelecimentos de agricultura familiar no Piauí estão equipados com algum tipo de sistema de irrigação. Considerando a extensão total das terras dedicadas à agricultura familiar no estado, que é de 13.886 hectares, apenas 0,36% dessa área é atualmente irrigada. Portanto, a aquisição desses módulos de irrigação se torna de suma importância para estimular e impulsionar o crescimento da agricultura irrigada no Estado, o que, por sua vez, contribuirá para o desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, para a redução das disparidades regionais, coadunando com a missão institucional da Codevasf que é a promoção do desenvolvimento regional de forma integrada e sustentável nas bacias hidrográficas, contribuindo para a redução das desigualdades regionais.

Da escolha da solução mais adequada ao atendimento da necessidade:

A solução para adesão à Ata de registro de preço (carona) mostra-se inviável técnica e economicamente, em virtude das particularidades técnicas, operacionais e de demanda observadas por esta Superintendência. Foram realizadas pesquisas em Atas de Registro de Preços Vigentes na Codevasf para estudar a possibilidade de adesão, no entanto não foram encontradas atas que atendessem a especificidade do objeto proposto que permita adquirir equipamentos destinados a fornecer e armazenar recursos hídricos necessários ao funcionamento de sistemas de irrigação em diversas localidades no Estado do Piauí.

Dessa forma a solução encontrada foi através da realização de Pregão Eletrônico objetivando a aquisição de materiais de irrigação para beneficiar agricultores em diversos municípios do Piauí. Assim essa solução mostra-se viável técnica e economicamente, pela vantajosidade para a administração pública em contratar empresas, supostamente capazes de fornecer equipamentos destinados a fornecer e armazenar recursos hídricos para o funcionamento de sistemas de irrigação.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
7ª GRD/UPS – Unidade de Projetos Especiais

Do procedimento de pesquisa de preços realizado e dos critérios adotados para a seleção dos orçamentos formadores do valor estimado:

Para obtenção dos preços de referência foi utilizado como base a Norma de Pesquisa e Definição dos Preços de Referência para Licitações de Bens e Serviços, de agosto de 2023. Para o reservatório de poliéster reforçado com fibra de vidro de 20.000 L (itens 01 e 02) com tampa e estrutura pré-moldada, foram utilizadas como fontes de pesquisa cotação de mercado e os sistemas de referência SINAPI e SEIFRA-CE. a composição do preço unitário final foi resultante da média das cotações dos materiais diretamente no mercado; composição do serviço de transporte e descarga dos equipamentos, obtido através de sistemas de referência, como o SINAPI, SICRO e SEIFRA; composição da mão de obra, também obtido através do SINAPI, SICRO e SEIFRA; e o BDI, calculado no percentual de 24,18% para serviço e 15,28% para materiais.

Para os itens 03, 04, 05 e 06 (unidades de bombeamento acionadas com painéis solares), por ser itens de características específicas, foi realizado cotação de mercado, visto que não foi encontrado em licitações anteriores, obtidas através do Painel de Preços do Governo Federal (ou de sistemas oficiais de referência como SINAPI e SICRO).

E para os itens 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14 e 15 relacionados a tubos e conjunto de conexões com válvula de retenção foi realizado cotação direta de mercado, haja visto que não foi encontrado em licitações anteriores em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à pesquisa de preços obtidas através do Painel de Preços do Governo Federal ou de sistemas oficiais de referência, como SINAPI e SICRO.

O preço consolidado das cotações de mercado foi obtido por meio da média dos preços coletados de diversos fornecedores, entre os meses de junho a outubro de 2024, que possuem expertise na área de energia solar, estrutura hídrica e irrigação atuando no fornecimento de materiais para geração fotovoltaica, abastecimento e irrigação para a região Nordeste, incluindo o estado do Piauí. Os preços coletados apresentaram um coeficiente de variação entre 0,62% a 25%, correspondendo a um valor abaixo ou igual do referencial de 25% para o Grupo Infraestrutura Hídrica de Pequeno Porte, conforme preconiza a Norma 440 para Pesquisa e Definição dos Preços de Referência para Licitações de Bens e Serviços.

Da adoção do Pregão Eletrônico:

Conforme art. 35, inciso II, § 1º, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC), o pregão deverá ser utilizado, de forma preferencial, para aquisição de bens e serviços comuns, inclusive de engenharia. Portanto, a modalidade de licitação definida para esta licitação é o Pregão Eletrônico, considerando que se trata de bens comuns (ou serviços comuns de engenharia). A finalidade é ampliar a competição, permitindo, assim, a obtenção de um melhor preço pela administração, com a possibilidade de lances e negociação direta pelo pregoeiro.

Ressalta-se que a técnica envolvida na execução do fornecimento objeto desta licitação é conhecida no mercado, possibilitando, por isso, sua descrição de forma objetiva, conforme consta das Especificações Técnicas que integrarão o Edital e planilhas de quantidades e preços máximos, caracterizando, portanto, o objeto licitado como bens comuns.

O essencial para a eficácia da licitação é que o escopo de fornecimento seja bem definido e especificado de forma precisa e suficiente para identificar o produto final a ser obtido. O Termo de Referência e Especificações Técnicas define de forma criteriosa e objetiva o escopo do fornecimento que será contratado.

Da adoção do SRP (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS):

Consoante com o art. 3º, inciso I, do Decreto 11.462/2023 (“I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes”); a aplicação do “Sistema de Registro de Preços” neste procedimento, foi determinada pela necessidade regular de aquisição do bem especificado neste instrumento, tendo em vista o aprimoramento da infraestrutura hídrica e logística dos municípios inseridos na área de atuação da 7ª Superintendência Regional da Codevasf.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
7ª GRD/UPS – Unidade de Projetos Especiais

Da não instauração de procedimento de Intenção de Registro de Preços (dispensa de divulgação) e não permissão de participantes na licitação:

Sim – A divulgação de IRP – Intenção de Registro de Preços no Portal de Compras do Governo Federal, referente ao Fornecimento, transporte, carga e descarga, por sistema de registro de preços – SRP, para aquisição de equipamentos destinados a fornecer e armazenar recursos hídricos necessários ao funcionamento de sistemas de irrigação em diversas localidades no estado do Piauí, no âmbito de atuação da 7ª superintendência regional da Codevasf, deve ser instaurada conforme estabelece o art. 32 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codevasf, nos termos a seguir apresentados:

- O prazo mínimo para o registro de intenção será de 08 (oito) dias úteis, contado da data de divulgação da IRP;
- A resposta a eventuais intenções de terceiros interessados ficará sob responsabilidade dos técnicos que elaboraram o Termo de Referência;
- Número máximo de participantes da IRP: 02 (dois) participantes, em conformidade com a capacidade de gerenciamento;
- Não serão aceitos os quantitativos considerados ínfimos ou a inclusão de novos itens;
- Não será permitida a inclusão posterior de participantes que não manifestaram interesse durante o período de divulgação da IRP.

Da admissão de adesão dos órgãos não participantes (carona):

Sim – A área técnica permite a adesão de órgãos não participantes da licitação através de “caronas”. Primeiramente, destaca-se a economicidade, pois essa prática permite a otimização dos recursos públicos. Ao evitar a reprodução de processos licitatórios, o tempo e o dinheiro são poupados, contribuindo para a eficiência do sistema de compras governamental.

Ademais, a adesão promove a eficiência, agilizando a aquisição de bens e serviços ao permitir que os órgãos interessados aproveitem os preços e condições já negociadas, atendendo às demandas públicas de forma mais rápida e eficaz.

A igualdade também é um princípio beneficiado por essa prática, uma vez que impede a criação de condições desiguais entre as entidades, assegurando que todos tenham igualdade de oportunidades.

A publicidade é outro aspecto positivo, uma vez que as atas de registro de preços são públicas, o que significa que os preços e condições estabelecidos são transparentes e acessíveis a todos os órgãos específicos, fortalecendo a transparência no processo de compras públicas.

Por fim, a adesão está em conformidade com a legalidade, respeitando as normas estabelecidas pela legislação de compras públicas, o que a coloca em harmonia com o arcabouço legal que regula as administrações governamentais, garantindo a regularidade e legitimidade do processo.

Dessa forma, ao permitir a adesão de outros órgãos às atas de registro de preços, a administração pública promove a economia, eficiência, igualdade, publicidade e legalidade, demonstrando um compromisso sólido com os princípios que orientam suas atividades.

Justificativa da adoção do valor estimado público:

Conforme Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU, nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
7ª GRD/UPS – Unidade de Projetos Especiais

Critério de Julgamento:

Menor preço, de acordo com o Art. 67 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codevasf.

Dos requisitos de aceitação das propostas:

Quando estabelecido em edital não se admite a contratação por valor superior ao definido, e neste caso, qualquer proposta superior deve ser desclassificada e, não pode ser alterado no decorrer do certame, conforme Acórdão nº 7.213/2015 TCU 2º Câmara. No Anexo II está estabelecido o preço máximo que deve ser ofertado por item. Assim estabelecido o preço máximo, esse já não serve como base para aceitar as propostas, mas como um verdadeiro limite de preços ofertados, não sendo aceito, em qualquer hipótese valor acima do previsto.

Dos requisitos de Qualificação Técnica (exigências habilitatórias indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações:

Os itens que compõem a Qualificação Técnica (Habilitação) deste Termo de Referência foram selecionados conforme a complexidade dos equipamentos a serem adquiridos. Serão exigidos atestados de capacidade técnica que comprovem o fornecimento de, no mínimo, 10% do quantitativo total para os itens 1, 2, 3, 4, 5 e 6, e 20% para os itens 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14 e 15. Esses percentuais não limitam a participação de potenciais licitantes, mas visam assegurar a inclusão de empresas com expertise comprovada no fornecimento de unidades de bombeamento centrífuga acionadas por módulos de painéis solares, tubulação e conexões para adutora e reservatórios com capacidade de 20.000 L elevado com estrutura de concreto pré-moldado. A definição desses percentuais é justa e está em conformidade com o Acórdão 2924/2019, que dispõe: "É irregular a exigência de atestado de capacidade técnico-operacional com quantitativo mínimo superior a 50% do total de bens e serviços a serem contratados, salvo quando a especificação do objeto o justificar, com os motivos de fato e de direito devidamente explicitados no processo licitatório."

Da exigência ou não de apresentação de capital social mínimo:

Sim – Para fins de qualificação econômico-financeira, a administração exigirá das licitantes capital social mínimo de 10% (dez por cento) do valor orçado pela Codevasf, por item que concorrer na licitação, não sendo de forma acumulativa, com o intuito de assegurar o adimplemento da ordem de fornecimento a ser celebrada, no caso de compras para entrega futura. Além disso, por força da Resolução DEX nº 821/2023, em processos licitatórios referente a máquinas e equipamentos a exigência de capital social mínimo, por item, é obrigatória.

Justificativa da vantajosidade da divisão do objeto da licitação em grupos ou parcelas:

O objeto não será dividido em grupos ou parcelas.

Da exclusividade e/ou cota reservada para ME/EPP: microempresas e empresas de pequeno porte:

Considerando que o objeto da presente licitação é dividido em itens, e não haverá prejuízo para o conjunto do fornecimento, será permitida a cota de até 25% (vinte e cinco por cento) para os itens 02, 04, 06, 08 e 11, conforme art. 8º do Decreto nº 8.538, de 2015; e participação exclusiva de ME/EPP para os itens 09, 12, 13, 14 e 15, conforme art. 6º do Decreto nº 8.538, de 2015. O detalhamento da participação das ME/EPP encontram-se no item 1 deste TR e na Planilha de Quantidades e Preços Orçados – Anexo II deste TR.

Permissão para Participação de Consórcios:

Não – Por se tratar de fornecimento de materiais comuns, de baixa complexidade, a logística necessária para cumprimento do objeto não exige o envolvimento de empresas com diferentes especialidades, não sendo consequentemente pertinente a formação de consórcios com intuito de reforçar a capacidade técnica



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
7ª GRD/UPS – Unidade de Projetos Especiais

e financeira do licitante. As empresas isoladas podem perfeitamente conseguir preencher os requisitos necessários para tal.

Permissão para Participação de Sociedades Cooperativas:

Não – Não será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas sob a forma de Cooperativas, uma vez que as especificidades do objeto e da prestação de serviço/operações/atividades exige uma gestão operacional centralizada e não concede autonomia dos cooperados, conforme exigido pela IN MPOG 05/2017.

Permissão para Subcontratação:

Não – O objeto a ser licitado caracteriza-se como um serviço comum, facilmente executável por empresas que atuem na área, não havendo necessidade de subcontratação.

Dos critérios de reajustamento:

Caso o ocorra assinatura do contrato, os preços permanecerão válidos pelo período de um ano contado da data de apresentação da proposta. Após este prazo, poderão ser reajustados aplicando-se a fórmula apresentada no item 14.1 deste TR.

Para os itens 01, 02, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14 e 15 será aplicado o índice conforme Tabela FGV/Código 1464363 (INCC por estágios-10-Instalação Hidráulica). Para os itens 03, 04, 05 e 06 será aplicado o índice conforme tabela FGV/Código 1464364 (INCC-Brasil-10-instalação elétrica).

Declaração de compatibilidade com o Plano Plurianual:

Os fornecimentos a serem contratados serão executados no prazo inferior a um ano, conforme consta do Termo de Referência e a previsão de recursos orçamentários é compatível, conforme previsto no Plano Plurianual.

Garantia de Execução (caução):

Será exigida garantia de execução no montante de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, conforme disposto no artigo 70, da Lei nº 13.303/2016. A imposição dessa garantia é essencial para assegurar o pagamento de prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas; garantirá o pagamento de multas moratórias e punitivas aplicadas pela Codevasf à contratada; bem como assegurará obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

Garantia do Objeto:

A garantia do objeto deverá obedecer ao prazo definido no Art. 618 do Código Civil, Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002.

Deverá também obedecer aos prazos definidos nas Especificações Técnicas – Anexo III, parte integrante deste Termo de Referência, assim como o estabelecido no Código Civil e na garantia ofertada pelos fabricantes dos bens e materiais fornecidos.

Apresentação de amostras:

Para o escopo do fornecimento não é necessária a apresentação de amostra para avaliar o rendimento e qualidade do produto a ser fornecido.

Apresentação de Carta de Solidariedade:

Não – Não será exigido carta de solidariedade para os itens licitados.